



Anais da Assembléia

Nº 144

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 212ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 1975. (Quarta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Rosário Pitelli.

Às catorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Domício Scaramella, Enéas Faria, Fuad Nacli, José Domingos Scarpelini, Luiz Roberto Soares e Osvaldo Macedo (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 09/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 193/74, que aprova Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Paranavaí, objetivando realização de exposição de produtos agropecuários naquele município. Pareceres favoráveis da CCJ e CAIC. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 13, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 25/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 213ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 1975 (Quarta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinal-

do Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nleosl Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Domício Scaramella, Enéas Faria, Fuad Nacli, José Domingos Scarpelini, Luiz Roberto Soares, e Osvaldo Macedo (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto plenário, requer um voto de pesar à família de Ulisses Cordeiro, falecido em São José dos Pinhais, no dia 10 do corrente, deixando seus pais Elisa e Antonio Cordeiro Sobrinho. O mesmo era Serventuário da Justiça.

Comunique-se a família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, requer ouvido o plenário, seja registrado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Estandislau Zambrzycki, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. Em virtude de seu passamento, deixa uma lacuna a todos quanto o conheciam, era comerciante e pessoa de grande relacionamento na comunidade princesina.

Outrossim, requer, após a aprovação deste, que se dê ciência, do mesmo, à família enlutada, residente à Rua D. Pedro II, número 1236, Ponta Grossa, PR.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições,

buições regimentais, requer após ouvido o plenário, que se consigne em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Roberto Sad Fanchin, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, em lamentável acidente.

Roberto Sad Fanchin, era membro de tradicional família pontagrossense, facultativo de enorme conceito, ainda muito jovem, com apenas 12 anos de idade.

Requer, outrossim, que após a aprovação deste, se dê conhecimento à família enlutada, residente na cidade de Ponta Grossa, através da Indústria e Comércio Antonio Sad S.A..

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência a inclusão em ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ POPIJA, ocorrido em data de ontem, no município de Mallet.

Outrossim, solicita-se que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada na pessoa de seu filho, Dr. Milton Popija Prefeito Municipal de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1975.

a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor José Popija, pai do Senhor Prefeito Municipal de Pato Branco, prestante cidadão radicado no município de Mallet, muito contribuiu para o progresso e desenvolvimento daquela comunidade.

Dotado de espírito altruísta e com ampla visão e confiança nos destinos de nosso Estado, angariou a mais sincera afeição de seus concidadãos, deixando com sua morte, uma dolorosa lacuna.

Justo que esta Casa se associe às manifestações de pesar pelo seu falecimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Dr. DIRCEU DE ARAUJO NOGUEIRA, DD. Ministro dos Transportes, ao Exmo. Sr. Dr. JAYME CANET JUNIOR, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Dr. OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando sejam procedidos os estudos necessários e que se construa em FOZ DO IGUAÇU um terminal integrado de transportes — rodoviário, ferroviário, aeroviário e fluvial — aproveitando-se da melhor maneira as potencialidades existentes em todos aqueles setores no mencionado município paranaense.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A necessidade da construção de um terminal integrado de transportes, na cidade de Foz do Iguaçu, faz-se sentir com maior intensidade, desde que foram iniciadas as obras da hidrelétrica de Itaipu.

Até agora, os estudos feitos sobre os sistemas de transportes foram primários, analisando separadamente cada setor, quando, na realidade, um sistema modal ou integrado é o que se impõe nos terminais de transportes de Foz do Iguaçu.

O afluxo de pessoas oriundas das mais diversas regiões àquela cidade sul-brasileira, é, por seus números, um fato notório,

cujas proporções superou todas as expectativas baseadas em dados estatísticos.

Esse aumento de população, ao lado das previsões para os próximos anos, faz com que o problema da implantação do aludido terminal de transportes deva ser olhado com carinho pelas autoridades de nosso país.

É dever do Ministério de Transportes, com auxílio do Governo do Estado, através da Secretaria de Transportes, tornar realidade essa justa reivindicação do município em tela, cujo extraordinário crescimento populacional que se tem verificado a curto prazo, exige medidas urgentes nesse sentido.

Por essa razão, levamos às autoridades competentes o apelo de Foz do Iguaçu, a fim de que possa realizar seu intento, que é a reflexão do pensamento regional e de todo o Estado, constituindo assim a esperança de um polo econômico e centro de comércio internacional. Aliás, o transporte fluvial poderia ser ali estimulado e conectado com a Argentina e Paraguai, visando maior agressão na competição da balança comercial e no equacionamento de divisas, cujo ambiente atual é oportuno, dadas as contingências de época e local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, requer, ouvido o plenário, que a Mesa expeça ofício à Presidência da TELEPAR — Companhia de Telecomunicações do Paraná, encarecendo a necessidade da instalação, com urgência, de um aparelho telefônico no Colégio Estadual de Campo Mourão.

JUSTIFICATIVA:

Mais de dois mil e cem estudantes compõem o corpo discente do Colégio Estadual de Campo Mourão, conceituado estabelecimento de ensino da rede oficial escolar de nosso Estado.

É uma população crescente, pois a cada ano, a secretaria da instituição recebe significativo número de novos pedidos para matrículas em seus diversos cursos e séries. Como natural consequência, também o quadro docente é constantemente acrescido pela contratação de novos professores.

Nosso apelo respalda-se em inúmeros fatores, em inúmeros motivos, ressaltando-se a questão de segurança colocada em risco pela falta desse meio de comunicação.

Por outro lado, a presença de um aparelho telefônico naquele edifício redundaria em tranqüilidade tanto para os senhores pais dos alunos que o freqüentam, como para todos os parentes, familiares e amigos dos mestres que ali cumprem suas obrigações para com a formação cultural, moral, social e física daquela "pequena cidade" localizada na grande "cidade" que é Campo Mourão.

Apelamos então, sobretudo à compreensão dos senhores dirigentes da Companhia de Telecomunicações do Paraná, para que, analisando o problema em toda a sua extensão e profundidade, procedam de acordo com as diretrizes da empresa e ouçam principalmente às vozes de suas consciências que, certamente determinam a efetivação do que ora pleiteamos, como prova de apreço, respeito e reconhecimento para com a população estudantil da vibrante e progressista cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja transcrito nos Anais da Casa o artigo publicado no jornal "Gazeta do

Povo", escrito pelo jornalista Sr. Ali Bark, com o título "Homenagem a Bento Munhoz da Rocha Neto".

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1975.

a) NELSON BUFFARA

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara, no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento que vamos apresentar à Casa, em princípio parecerá não ser de grande relevância.

Porém, se tomarmos conhecimento do brutal crime perpetrado ontem contra um motorista de ônibus, haveremos de dar mais importância e levaremos mais a sério a solicitação que fazemos, através de requerimento, à Secretaria de Segurança.

O requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições com base no Regimento Interno, após ouvido o plenário, respeitosamente requer o encaminhamento de veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança, no sentido de que determine proibição de uso de armas por parte dos militares integrantes do Batalhão de Controle de Trânsito, em serviços rotineiros de fiscalização.

O porte ostensivo de armas, pelos Guardas de Trânsito, além de totalmente desnecessário e afrontoso, representa estímulo à agressividade e grosseria, às arbitrariedades e prepotências, transformando meros prepostos da autoridade em elementos convencidos de tal qualidade e, em decorrência, crenças de que, no exercício de suas atribuições, podem, abusivamente, usar até da arma que portam, ferindo ou matando, mesmo inocentes, como já tem acontecido.

Na oportunidade em que as violências se acentuam, melhor será prevenir, do que remediar.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1975."

Antes de deixarmos a tribuna, Sr. Presidente, não poderíamos olvidar que no dia de hoje reverenciamos a memória do maior estadista que tivemos no Paraná. Dois anos, no dia de hoje, da Morte de Bento Munhoz da Rocha Neto.

Queremos prestar uma homenagem a este ilustre estadista que teve o privilégio de nascer na cidade de Paranaguá que se orgulha de tê-lo como filho.

Neste rápido comentário, queremos pedir a inserção na ata de nossos trabalhos de um artigo do jornalista Ali Bark, na "Gazeta do Povo", sob o título "Homenagem a Bento Munhoz da Rocha Neto". Este artigo retrata e sintetiza a pessoa humana benquista e sobretudo de um estadista que serviu ao Paraná nos anos 60, Bento Munhoz da Rocha Neto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, segundo orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Todo poder emana do povo. Essa é a regra geral de toda Democracia no mundo livre. Toda autoridade, seja ela Vereador, Prefeito, Deputado, Senador ou Presidente da República, todos existem com o consentimento do povo, para de e por seus objetivos.

No entanto, embora tenhamos absoluta certeza de que S. Excelência o Sr. Presidente Ernesto Geisel, sem culpa esteja, o seu Cerimonial e o da Rede Ferroviária Federal quebraram esse adágio popular.

O Presidente, em culpa, mas os desclassificados, os mesquinhos, inéptos e despersonalizados homens que fizeram parte da triagem das autoridades a serem convidadas para as festividades

que se desenvolveram na Princesa dos Campos quando da visita Presidencial, aproveitando-se dessa oportunidade tentaram, através do não convite a esse dois lúdimos e legítimos representantes do povo pontagrossense, fazer valer os seus despeitos, as suas invejas, as suas imaturidades políticas e, principalmente, a total falta de respeito ao meu povo, que conferiu ao Deputado David Federmann, e a este que vos fala, Luiz Carlos Zuk, a representação política da cidade em termos estaduais.

Preterição, não é o fato de fazermos público esse lamentável episódio. Nós, pessoalmente e o Deputado David Federmann, não somos dados a convívios palacianos mas, por representação política quando da presença do mais alto chefe desta Nação, que comparece e honra o nosso domicílio eleitoral, não poderíamos deixar de cumprir o honroso mandato que a Capital Cívica do Estado nos delegou.

Infelizmente, na mesa presidencial não estava o povo presente nem tampouco representado. A falta de personalidade honesta e sincera da elaboração dos convites, cerceou o direito de assento ao lado de Sua Excelência, do Deputado David Federmann e deste que vos fala, Luiz Carlos Zuk, que foram por motivo este impedidos de representar a família pontagrossense.

Nada nos fere pessoalmente, mas o dever do homem público e principalmente o respeito à Presidência da República faz com que tornamos público o motivo da não presença de nossas pessoas.

Aproveitando a oportunidade queremos mandar através das rádios emissoras, dos jornais e da televisão, uma satisfação à Capital Cívica do Estado do Paraná, pois entendemos perfeitamente a obrigação com aqueles que nos depositaram a sua confiança, e ao mesmo tempo, remeter cópia deste pronunciamento a S. Exa., o Presidente da República, para que o mesmo tome conhecimento de que a não presença desses dois deputados à solenidade ali em Ponta Grossa desenvolvida, foi culpa única e exclusiva dos Cerimoniais da Rede Ferroviária Federal e do Cerimonial da própria Presidência da República.

Queremos ainda, Sr. Presidente, que se tome as medidas cabíveis e legais, para que em oportunidades de novas visitas presidenciais, a esse estado, fatos como esse não venham a se repetir, para não manchar o bom nome do Governo Federal e para que o povo de nossa terra não mais seja insultado, esse mesmo povo que acredita no regime democrático dirigido por S. Exa. o Sr. Presidente Ernesto Geisel, que os responsáveis sejam apontados e punidos. Providência esta que se faz necessária para que sejam afastados aqueles que não podem entender a verdadeira missão do homem público e que trazem a palco e em oportunidades não condizentes, os seus recalques em detrimento de sua própria comunidades.

Era só.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, terceiro orador inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um fato altamente auspicioso para o nosso Estado, que não deixa de nos causar a mais profunda satisfação, é a sua posição de maior produtor da menta desde 1950, tendo produzido somente na última safra, nada menos de 3.300 toneladas de óleo bruto para uma produção nacional de 3.500 toneladas. Entretanto, esta produção que já coloca em destaque nosso Estado, tende a alcançar índices bem mais elevados, e razão disso consiste no estabelecimento de preço mínimo, acima de qualquer expectativa, numa demonstração e comprovação do interesse do Governo Federal em atender a nossa agricultura em todos os setores.

Não deve haver a mínima dúvida a respeito, pois a referida medida é um fato consumado que acaba de ser comunicada à Secretaria da Agricultura do Paraná.

Assim sendo, as providências tomadas redundaram no estabelecimento do preço da menta em 82,50 cruzeiros o quilo de

óleo bruto, pelo Conselho Nacional de Abastecimento. Entremetidos, existem várias outras razões vinculadas diretamente à assistência técnica e pesquisa, que estão entrando em pleno funcionamento com a instalação do Instituto Agrônômico do Paraná. Ora, trata-se de estudos do mais alto gabarito, sendo concentrados para a obtenção de plantas essenciais aromáticas de indiscutível qualidade, a fim de proporcionar resultados de maior rendimento e numa classificação apurada do produto final.

O que não deixa de ser significativo porém, é que a providência tomada pelo Conselho Nacional de Abastecimento torna possível a solução dos problemas até aqui existentes, como por exemplo, a comercialização do referido produto, que consistia a causa de profunda apreensão entre os produtores. A importância do tabelamento mínimo à menta torna-se compreensível após recente levantamento levado a cabo por técnicos ter demonstrado que seus preços médios pagos no decorrer deste ano chegaram a 49,42 cruzeiros o quilo de óleo bruto em março e apenas 64,14 cruzeiros no mês de setembro.

Baseado em dados colhidos junto ao Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura de nosso Estado, a produção da menta no Paraná, emprega presentemente nada menos do que 48 mil e 975 trabalhadores. Por sua vez, o maior centro de plantação de hortelã, que há bem pouco tempo estava na minha região, precisamente nos municípios de Fênix e Barbosa Ferraz, no Vale do Ivaí, hoje, encontra-se nos municípios do Vale do Piquiri, com 40 por cento do total produzido pelo Paraná, seguindo pelos municípios à margem do Rio Paraná, com 30 por cento e o Vale do Ivaí, com 15 por cento; Região de Cascavel, com 10 por cento e finalmente, a região das margens do Rio Iguaçu com 5 por cento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Instituto Agrônômico de nosso Estado está desenvolvendo estudos altamente categorizados, visando a consecução de "herbicida" seletivo com a finalidade de diminuir as despesas feitas presentemente nas constantes capinas. Além disso, inúmeras outras pesquisas estão sendo levadas a efeito com o propósito de obter variedades de elevada produtividade e simultaneamente mais resistentes às pragas e doenças, pois as variedades utilizadas já apresentaram alto grau de degenerescência.

Finalizando, devo deixar claro que o preço mínimo para a menta representa uma medida justa, trazendo mais confiança aos produtores, evitando especulação de intermediários na época das safras, além de trazer benefício ímpar para o desenvolvimento do Estado. Em consequência da referida providência, o Paraná foi feliz de sentir a consolidação de mais um importante setor de sua frente de economia, tão vital e imprescindível ao seu brilhante progresso."

Era o que tinha a dizer, na tarde de hoje, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso, quarto orador inscrito.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Em consequência da implantação da Cidade Industrial de Curitiba, da Refinaria da Petrobrás, e da Usina de Itaipu, o nosso estado está se transformando numa área empresarial em ebulição permanente. Como resultado desta auspiciosa arrancada em prol de seus objetivos históricos, a Cidade Sorriso foi escolhida, recentemente, para sede do Simpósio Internacional de Administração por Resultados, promovido pelo Banco do Estado do Paraná.

Ora, não acontece por mero acaso que a Capital do nosso Estado voltou a servir como palco de debates e sede de conferências técnico-científicas em prol do desenvolvimento. O Simpósio Internacional de Administração por Resultados, teve por finalidade o oferecimento de conhecimentos teóricos aos inúmeros participantes da reunião sobre o moderno funcionamento das empresas.

O principal tema abordado no citado Simpósio estava relacionado com a "humanização dos núcleos produtivos da economia nacional." Tratou o mesmo de analisar os objetivos das empresas tradicionais dedicadas à produção e à venda de bens e serviços, e aperfeiçoar o processo na obtenção de resultados positivos. Ademais, uma promoção empresarial de alto gabarito que se transformou numa honra para a Capital do meu Estado, que lhe abriu as portas com uma hospitalidade exemplar, oferecendo-lhe todas as condições indispensáveis para o pleno êxito de seus trabalhos. Assuntos de relevância, como por exemplo, Pesquisa Sociométrica, Teorias e Conflitos da Administração Tradicional, Conceito do Homem na Empresa e a Mudança Social Planejada, foram amplamente discutidos.

A tendência que prevaleceu entre os empresários paranaenses participantes no Simpósio Internacional de Administração por Resultados, é a que diz respeito à ideia de mudanças estruturais, prementes, com oferecimento de condições mais adequadas de trabalho aos seus empregados, visando, assim, a consecução de um índice maior de produtividade. O que mais se evidenciou dos trabalhos deste importante conclave é a aceitação unânime da tese da atualidade sócio-econômica, que é a força propulsora das empresas em busca da expansão, ou seja: transformação planejada do desenvolvimento organizacional.

Ademais, o ponto de vista expresso no Simpósio que acabou de encerrar seus frutíferos trabalhos, corresponde à própria dialética econômica-social do país, imposta como uma condição "sine quanon" em prol do desenvolvimento. Por isso, o povo e o governo do nosso Estado sentiram-se satisfeitos ao tomarem conhecimento que o papel do homem dentro da empresa recebeu especial destaque ao ser considerado o elemento mais importante para o funcionamento organizacional. Ora, não falta sombra de dúvida que, realmente, o Paraná, é e será a medida de todas as coisas.

Aliás, o que nos faz sentir regozijo pelos resultados altamente satisfatórios, conseguidos pelo Simpósio Internacional de Administração por Resultados, é justamente o que concerne ao homem, ao empregado que efetivamente teve o seu rol conceitual reconhecido por todos os empresários, sendo a tônica global das palestras que ali foram proferidas. Ademais, neste Simpósio que alcançou repercussão ímpar entre a opinião pública, já foi dito e repetido por mais de uma vez que: "a satisfação humana, dos indivíduos que vivem na organização empresarial, é a chave do progresso, pois só é bom para a empresa aquilo que é bom para o seu pessoal".

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Esta é a única fórmula válida e capaz, hoje em dia, para o funcionamento exemplar das empresas de livre iniciativa. Ora, de outra forma teria que ser adotada, necessariamente, a solução revolucionária como processo de mudança. Entretanto, a revolução destrói até os próprios alicerces, para obedecer ao seu tradicional método de mudança. Em seguida, ele constrói segundo seus próprios critérios e, portanto, o preço da mudança assim custa caro demais.

Finalizando, um fato digno de nota verificado no Simpósio Internacional de Administração por Resultados, que foi coroado de indiscutível êxito na capital do nosso Estado, diz respeito ao impressionante número de executivos jovens do próprio Paraná que lá esteve presente. É algo que me impressionou profundamente, pois isto evidencia que já existe no meio empresarial paranaense uma tendência para delegar tarefas de administração à jovem geração do nosso Estado.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, quinto orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, inscrito.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Via de regra, os jornalistas são considerados donos de senso crítico desenvolvido em função de sua profissão. Portanto, o valor de um texto é apreciado pela aptidão de seu autor em acrescentar a tal habilidade analítica e crítica um conceito que atribui ao assunto uma nova dimensão. Pois bem, semelhante aptidão é o que não falta ao emérito profissional Hugh O'Shaughnessy do altamente conceituado "Financial Times" de Londres. Na qualidade de correspondente para América Latina do jornal acima mencionado, este analista crítico acabou de mostrar num caderno especial dedicado ao nosso país os principais aspectos da economia nacional.

Ora, em oito páginas de texto, o seu criterioso trabalho reflete verdadeiro grau de nossas realizações no mercado interno, tecendo considerações sobre a evolução da produtividade brasileira em relação ao consumidor local. Na opinião do "Financial Times", existe no Brasil um colossal esforço para diversificar as relações internacionais.

Desenvolvem-se ruidosamente as telecomunicações. A posição da Embraer como produtora de aviões é ressaltada e elogiada. Por sua vez, o abastecimento de carvão não apresenta para o momento nenhum problema sério, após a assinatura de um contrato de fornecimento com o governo de Varsóvia.

Mais adiante, o "Financial Times" aponta a excelente atuação do Vale do Rio Doce, que se comporta como experiente vendedora nos mercados externos. Além disso, um capítulo bem extenso e dedicado à Fiat e suas atividades no mercado nacional. A venda de 200 mil carros por ano que a Fiat pretende realizar no vasto mercado nacional, não é considerada tarefa impossível. Já no setor da agricultura, segundo Hugh O'Shaughnessy, reina um espírito de renovação.

As aspirações no campo da carne, do trigo e do café, são justificadas e, conforme as previsões, este tripé será o fornecedor de porcentagens substanciais das futuras exportações.

Uma conclusão sobre o papel reservado a nossa soja equivale à famosa frase de Arquimedes, pois com indiscutível autoridade o brilhante jornalista diz que: "a soja representa o setor onde o brasileiro deu uma aula aos norte-americanos. Nove milhões de toneladas significam apenas o começo de uma aspiração bem maior".

Em seguida, o eminente jornalista refere-se, implicitamente, às relações do Brasil com os demais países do Hemisfério Sul. Entrementes, não tocante ao capital estrangeiro operando no Brasil, "Financial Times" acha categoricamente que o mesmo não está exercendo papel de predomínio na vida econômica do país. A tal respeito, sua opinião é categórica e bem definida: "de acordo com as porcentagens do Banco Central, em 1974, apenas 16,3 por cento do total dos investimentos acumulados no país estava nas mãos de companhias estrangeiras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não falta ao erudito trabalho do "Financial Times", uma verdadeira profissão sobre o nosso país: "não seria de estranhar que essa massa compacta que é o Brasil acelere sua industrialização de tal maneira que os grandes nomes de sua manufatura sejam popularizados nos mercados mundiais, como hoje o são os da Ford, Volkswagen ou General Motors".

Eis aqui, um retrato que, apesar dos pesares, é do Brasil. Trata-se deste mesmo país que durante anos ininterruptos vivia desacreditado, enfrentava pesados insultos e o nosso povo era considerado imaturo, sem condições de dirigir seu próprio destino. Hoje, porém, o Brasil é assunto em artigos de fundo, inclusive merecendo um caderno especial, como é o caso com o circunspeto "Financial Times". Não tenho nada mais a dizer, a não ser a expressão de minha profunda fé nos destinos históricos do meu país, pois o otimismo está conquistando novas fronteiras, com o Brasil ganhando sempre mais patente admiração no conceito das outras nações.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de anunciar o objeto da minha presença nesta tribuna, desejava, em nome da bancada da Aliança Renovadora Nacional, dizer que é para todos, auspicioso o retorno às lides legislativas, do eminente Deputado, Dr. Deni Schwartz, que felizmente recupera-se do acidente sofrido, com os votos que a unanimidade desta Casa de que, a sua recuperação fosse pronta, para que ele continuasse emprestar o valor de sua inteligência aos trabalhos legislativos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há dias em que o parlamentar se alegra, como há dias em que o parlamentar se entristece. Entristece-se, o parlamentar, quando não consegue a obtenção, a solução dos problemas que traz a esta Casa, e que representam a melhoria de condições de vida da população por ele aqui representada.

Hoje, para este parlamentar, é um dia de alegrias, porque o Sudoeste paranaense, região que eu tenho a honra de dividir nesta Casa, a sua representação, com outros eminentes Deputados, terá, amanhã, por ato do Sr. Governador Jayme Canet Junior que despachará na sede da Secretaria dos Transportes, com a presença do eminente Secretário dos Transportes, Sr. Osiris Stenghel Guimarães, e dos Srs. Diretores do DER, assinará a autorização para a publicação dos editais que abrem concorrência pública para o asfaltamento de duas importantes rodovias, no Sudoeste paranaense, estradas que, tenho certeza, haverão de significar o aceleração do desenvolvimento daquela rica região do Paraná.

Amanhã o Governador do Estado assinará autorização para a licitação e consequente asfaltamento da Estrada BR-153, PR-280, ligação Santa Rita-Pato Branco, nos trechos Santa Rita-Palmas.

Esta estrada vai beneficiar diretamente os municípios de União da Vitória, Palmas, Clevelândia, Mariópolis e Pato Branco.

Ainda amanhã, o Governador do Estado assinará também autorização e consequente publicação de editais de ocorrência pública para o prosseguimento esfáltico da estrada Pato Branco Francisco Beltrão, no trecho que haverá de ligar Francisco Beltrão a Capanema, no sub-trecho Francisco Beltrão-Ampere. Esta estrada a PR 483, beneficiará diretamente os municípios de Francisco Beltrão, Ampere, Santa Isabel do Oeste, Realeza, Planalto e Capanema. Este trecho constituirá, num futuro próximo, na ligação da região sudoeste com o oeste porque haverá de alcançar de Capanema o município de Medianeira na BR 277, duas obras que vinham sendo há muito tempo reclamadas pela população do Sudoeste do Paraná e Governador Jayme Canet, sensível aos apelos insistentes da população, vem de autorizar como obra prioritária, o asfaltamento destas duas importantes rodovias, mas desejo, ao sair da tribuna, comunicar à Casa que o Itamarati, através do Sr. Ministro das Relações Exteriores fixou na última semana, posição quanto à criação, à oficialização de mais um porto de exportação, que o Paraná disputava com o Rio Grande do Sul, Porto Xavier, travessia sobre o Rio Uruguai e o Paraná e Santa Catarina do Porto de Exportação Dionísio Serqueira e Barracão, na divisa com a República Argentina e Bernardo Irigoyen e, felizmente, já houve decisão total que se oficialize os Portos de Barracão e Dionísio Serqueira e, em consequência disto, já gestões foram montadas com a promessa do General Dirceu, Ministro dos Transportes, que haverá de, em consequência disto, dar prioridade para o asfaltamento da estrada federal, constante do segundo Plano de Desenvolvimento Nacional, que ligará Mar-meleiro a Barracão, encontrando a estrada asfaltada de Bernardo Irigoyen apossadas e dali até Buenos Ayres, atravessando toda a

provincia de Misiones. É para nós, representantes do Sudoeste do Paraná, as notícias que recebemos significativas porque haverão de ascelerar o desenvolvimento regional, além de propiciar àquela região, participação cada vez mais valiosa no desenvolvimento do Estado e da Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o último orador inscrito, Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Sr. Presidente, SRs. Deputados.

Sei que o tempo que nos resta da tribuna é mínimo e eu quero, agradecer, nesta oportunidade, a deferência da Presidência que nos concedeu estes poucos minutos. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná, com tristeza hoje relembra com saudade a figura do Professor Bento Munhoz da Rocha Neto que hoje completa dois anos de seu falecimento. Falar deste eminente e grande paranaense seria desnecessário, porque todo o Paraná conheceu esta figura impar, esta figura que sempre dignificou a política e as letras paranaenses.

Nesta oportunidade queremos, desta tribuna, render uma homenagem a este paranaense saudoso, que o Paraná hoje relembra com saudade. Obrigado. — (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo):

“O Imperio da Lei jamais poderá ser destruído porque acima de tudo a Lei corresponde ao sustentáculo da Segurança do próprio direito que não pode ser privilégio de ninguém.

Às vezes, se recalcamos é pela falta de dignidade daqueles cuja responsabilidade parece não prescindir no primeiro de seu dever.

O cidadão é responsável pelos seus atos e obrigações, entretanto ele está sempre sujeito às influências de sua própria formação levando-o muitas vezes ao suicídio do abuso do poder, colocando-o no ponto de posicionamento aos atos de violência contra os seus semelhantes que por ventura se encontrem a seu alcance para os conclusos de expedientes maléficos.

Se não fosse a Lei, caminho frio, irretorquível e inconteste estabelecido pelo conceito alto da Justiça, o Poder, ao invés de fixar em planos altos sua órbita, seria o espaço da maldade, da indignidade, da desonra e, consequentemente, o império da violência.

As leis determinam o que o homem deve fazer, e sublinha as determinativas que ele deve respeitar para que a harmonia e o respeito ao direito não se tornam privilégio de ninguém. O sustentáculo de toda a segurança tem que ser o organograma que estabelece as obrigações e impõe o dever de cada um.

Sr. Presidente, se verificarmos a lei 1079 de 10 de abril de 1950, veremos que ali se estabelecem as responsabilidades dos homens que por esta ou aquele forma prestam serviços ao Estado e respondem por determinada obrigação no concerto da máquina administrativa da unidade estadual.

Diz a Lei 1079: “São crimes de responsabilidade os que esta lei especifica. Artigo segundo: os crimes referidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis de perda de cargo, com inabilitação até cinco anos para o exercício de qualquer função pública imposta pelo Senado Federal nos processos contra Presidente da República, contra Ministros de Estado, contra Ministros do Supremo Tribunal Federal e contra o Procurador Geral da República.”

A mesma lei, no Artigo 13 - Item 4 - Título 2º diz o seguinte: “Se prestarem dentro de trinta dias, e sem motivo justo a

qualquer das Câmaras do Congresso Nacional, as informações que a elas lhes solicitar por escrito ou prestarem por falsidade.”

Temos no Artigo 74:

“Aos governadores e Secretários de Estado, constitui crime de responsabilidade, dos Governadores dos Estados ou dos seus Secretários quando por eles praticados atos definidos como crime, previsto nesta Lei.”

O contexto fiel da determinativa legal, diz taxativa e friamente. “Ninguém pode alegar ignorância”. E o Sr. Secretário dos Negócios de Saúde e Bem Estar Social, não responde os requerimentos oriundos desta Casa principalmente, os requerimentos deste deputado.

Não respeita o contexto da Lei, se assegura, se equilibra e se abraça, ao abuso de poderes. Não valeu e jamais valerá a insistência de termos feito na constância dos dias, pedindo que o Sr. Secretário de Saúde dê provimento aos requerimentos por nós apresentados nesta Casa, e, consequentemente, aprovado pela maioria e totalidade dos Srs. Deputados. Mas, diz a sabedoria popular. “O criminoso só se apresenta depois de patronado pelo seu advogado”. Só se apresenta depois de preparado para o inquérito, seja este preparo feito através da verdade, ou por meio de subterfugios. S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social do meu Paraná, desceu do seu nível e da sua posição de Secretário de Estado, para perseguir um mísero funcionário público com 18 anos de serviço, para satisfazer a sanha política, a idéia mórbida de perseguição e demonstração de poder.

O Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social apesar de ter sido elevado a cargos eletivos dos mais altos, evidência não possuir nenhuma sensibilidade.

Norisval Mendes Ferreira, digno e honrado chefe de família e não menos digno, nem menos honrado funcionário público deste Estado.

18 anos de trabalho, Norisval recebe menos de 900 cruzeiros, por mês, dando seu trabalho, aquele exigido por determinação legal e os extras, sem nada pedir ao Estado do Paraná.

Sua esposa que presta serviços quase que graciosamente a Secretaria de Saúde, a mesma Secretaria, há mais de 6 anos, recebendo um mísero salário que não vai a 500 cruzeiros. Estava marcado que seria a segunda vítima da sanha, da morbidez do Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social.

Vejam, Srs. Deputados, a Sra. D. Mercedes de Andrade Ferreira, funcionária também do Posto de Saúde local, tinha chegado ontem, à sua casa, vindo do hospital onde ficou internada dias e dias seguidos, portadora de enfermidade nervosa, desde o ato do episódio ocorrido com seu esposo, quando nasceram as pressões políticas locais, que são violentas, porque quanto menor a cidade, mais violências se caracterizam. Chorando no telefone dizia: Deputado, não é pelo cargo, não é pela função, muito menos pelo vencimento. É por brio, que correm as lágrimas perante nossos filhos, é pela indecência de que somos vítimas, que choramos neste instante, através do telefone.

A ordem, segundo informações extras do Chefe de Saúde desta região, é que eu também iria ser despedida e no meu lugar prestar serviços 2 filhas do Sr. Prefeito Municipal”.

Por tudo isso, colocamos a nossa própria cabeça na guilhotina se assim for necessário em vez de calarmos diante a tais atos, a indecentes procedimentos, a abominável ação contra indefesos, como procedeu e vem procedendo o Secretário de Saúde e Bem Estar Social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entraremos, em breve, no decorrer da próxima semana, com requerimento à Executiva desta Assembléia Legislativa, porque não temos outro caminho. Iremos dar entrada a esta Mesa de conformidade com o que preceitua a Constituição Estadual, art. 20, parágrafo segundo, em concomitância com a lei 1079, de 10 de abril de 1950, título II, art. 13, item IV e art. 74 da mesma lei, a um requerimento com solicitação de aplicação do parágrafo terceiro do referido diploma legal contra o ato abusivo do Sr. Secretário de Saúde por não

ter procedido as respostas a requerimentos deste Deputado, devidamente aprovados por esta douta Assembléia Legislativa do Estado.

Veja bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que contra os fatos jamais houve ou poderá haver contestação.

Mas, vamos aguardar ainda pelo menos 3 ou 4 dias, para pronunciarmos e pedir, nesta oportunidade, Sr. Presidente, que as linhas taquigráficas de nosso pronunciamento de hoje no Grande Expediente sejam encaminhadas, após corrigidas, ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Saúde, onde pedimos, encarecidamente ao finalizar nosso pronunciamento, que S. Exa. retroceda ao malcinado ato de desprestigiar este Poder e responda ao requerimento que a ele formulamos há dois meses passados, antes de recorrermos à tomada de posição legal pedindo o processamento e consequente aplicação de que a lei determina pela sua falta de cumprimento da sua própria responsabilidade como Secretário de Estado. E V. Exa. determine à primeira Secretaria desta Casa, como medida de urgência, depois de corrigido o nosso pronunciamento, encaminhe requerimento à própria Secretaria da Mesa Executiva desta Casa, determinando a S. Exa. e Sr. Secretário de Saúde deste Estado, que pare de abusar de seu posicionamento de Secretário, levando o terror e a desgraça a humildes funcionários, como está acontecendo em Ribeirão do Pinhal. Não aceitamos, não admitimos que, em nome do Poder, se assague o direito e a liberdade do povo, não admitimos de forma alguma e que se está fazendo em Ribeirão do Pinhal, isto, acima de tudo vem denegrir a personalidade do Governador, vem descer de nível a administração deste Estado, vem desmoronar qualquer sentimento de segurança de um povo, vem deprimir a personalidade pública de uma gente.

O SR. JAYME CARVALHO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).—

Estou acompanhando com atenção esse maravilhoso pronunciamento de V. Exa. e quero até dar os parabéns a V. Exa. porque fiz um requerimento, um pedido de informações e fazem só 60 dias que o fiz e não fomos atendidos, embora o prazo seja de 30 dias, e esse Deputado que faz o aparte está com o pedido de informações com mais de 180 dias e reiteramos o pedido há mais de 30 dias. Realmente, nobre Deputado, há necessidade de que se tome uma providência, o que o Sr. Secretário de Saúde, Dr. Arnaldo Busato, tem feito desta Casa de onde ele saiu para a Secretaria, talvez sofrendo as mesmas dificuldades nos pedidos que nos fizemos, as mesmas dificuldades nos pedidos que nós fazemos hoje, tem feito esta Casa de um barraca e os Deputados

Chego até a acreditar que o Secretariado deste Governo está muito mal e que o Governo não está sabendo disso.

Seria de se fazer outra proposição. Que o líder do Governo, ele mesmo denunciasses ao Governo a falta de atendimento de seu Secretário.

Queríamos nesta oportunidade, repetir um adágio popular que afirma “nem tudo está perdido”. Centenas de requerimentos que fizemos às mais diversas Secretarias de Estado indagando sobre fatos e pedindo resolução de problemas do povo, não só de nossa região, mas de outras regiões do Paraná, todos estes requerimentos foram devidamente apreciados, respondidos e dado a eles a devida atenção por todos os demais Secretários de Estado do Governo do Estado do Paraná. Entretanto o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, caracterizado pelos atos mesquinhos cometidos, como sempre cometeu na minha região, antes que a representação do MDB lá estivesse, ficou cerceado nas condições nos meios e nos recursos para responder nossos requerimentos.

Acontece que o enfraquecido advogado do nobre Secretário de Estado, se caracterizou na decorrência do tempo, vindo a cometer um novo crime de ameaçar a esposa da vítima, que também é funcionária pública.

Mas nós, não cansaremos de denunciar e nós iremos até os confins de nossas condições, porque somos contra a todos os

atos de injustiça principalmente, quando estas injustiças são cometidas pelos poderosos.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado, nós acabamos de chegar de um trabalho que tivemos com os prefeitos, e estamos chegando quase que no final do seu discurso, atrasados. E o seu pronunciamento nós admiramos, mas queremos neste instante, não fazer a apologia do Sr. Secretário de Saúde, queremos, neste instante, assumir, total responsabilidade sobre o que está acontecendo em Ribeirão do Pinhal.

Quando então, V. Exa. no momento em que afoitamente vem atacar S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde, e V. Exa. sabe, ambas as bancadas, inclusive o Deputado Mauricio Fruet, do respeito que o Secretário Arnaldo Busato tem pela gloriosa bancada do MDB pela serena, gloriosa bancada da ARENA.

Arnaldo Busato, é um homem que como V. Exa., também luta pelo povo, no sudoeste. Nós muitas vezes, sentimos isso, na sua região, se reeleger por três, quatro, cinco vezes, como candidato a deputado estadual e federal. Então nisso, eu queria que V. Exa. tivesse um pouquinho de clemência para com S. Exa. o Sr. Secretário, que muitas vezes coagido, talvez por mim, talvez pelos meus companheiros, então eu pedia que V. Exa. transferisse este débito ao deputado seu colega, Gabriel Manoel.

Porque somos soldados de uma pleiade de homens, como é V. Exa. soldado também do seu povo, então meu amigo, eminente companheiro, desta ilustrada gestão na Assembléia Legislativa do Paraná, eu queria que V. Exa. não atacasse o Sr. Secretário, porque ele não tem condições de vir aqui se defender, não tem condições de explicar a V. Exa. que muitas vezes, ele é coagido talvez por mim, ou por meus companheiros de bancada, como é V. Exa. por uma auréola desse moço, que V. Exa. fala que eu não quero trazer aqui a público, porque o que ele fez lá, em Ribeirão do Pinhal, não quero trazer a público, porque seria tripudiar um humilde funcionário, um servidor, que talvez esteja sendo torpedeado por uma política que não tenha culpa. Mas, todo funcionário público que está incorrendo em erro, deve, precisa, ser punido. Porque ele não pode distribuir um remédio que manda à Secretaria de Saúde para ser distribuído e dizer que foi o MDB quem mandou.

Agora, quero assumir toda a responsabilidade, porque tenho provas concretas. Esse fato ocorrido em Ribeirão do Pinhal, aconteceu a pedido nosso, a pedido de nossos companheiros.

Quero assumir neste instante, na presença do Sr. Presidente e dos ilustres Pares, do MDB e da Arena, na presença do povo paranaense, a responsabilidade por esse fato. E se preciso for, com o devido respeito que tenho por V. Exa., trarei inúmeras pessoas que contestarão o que V. Exa. fala.

Agora, o que não podemos, Deputado Lúcio Machado, é imputar culpa ao ilustre Secretário Arnaldo Busato. E queremos, neste instante, perante Cristo, perante V. Exa. Sr. Presidente, perante os Deputados das duas bancadas, responsabilizar a mim e a meus companheiros de R. do Pinhal, esse fato.

Mas, digo, mais uma vez, a V. Exa. que se preciso for, as pessoas, ou as provas assinadas por pessoas que presenciaram atos, por parte desse moço que sempre mereceu a confiança do Sr. Secretário da Saúde, fatos que desmereceram essa confiança.

Assumo a responsabilidade e se V. Exa. permitir nós traremos aqui as testemunhas contra esse moço que é o Cristo, o Redentor, o Salvador, provando que ele fazia pressão política dentro de seu gabinete.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Gabriel Manoel, sem querer, nem de longe, diminuir a capacidade de V. Exa. como parlamentar, me causa admiração que sua bancada, nem mesmo pelo líder do Governo, na sua ausência desta Casa, tenha procurado fazer auto defesa do ilustre Secretário de Saúde e Bem Estar Social, na oportunidade me que analisamos seu pro-

cedimento indigno, e porque não dizer, mesquinho, palavra que repetimos várias vezes.

V. Exa. enobrece e enaltece o nome de Arnaldo Busato. Ficamos com S. Exa. neste enaltecimento, neste enobrecimento da pessoa do ilustre deputado federal e atual Secretário de Saúde e Bem Estar Social do Paraná.

Entretanto, não podemos concordar, em sua consciência, pela nossa própria formação cristã e política, nem perdoar, de forma alguma, a atitude violenta do expediente do Sr. Secretário que transferiu como castigo, o Sr. Norisval de Ribeirão do Pinhal apenas porque o mesmo saiu da Arena e passou para o MDB e ainda trarei a S. Exa., se quiser, um expediente que está configurado numa cartinha que V. Exa. não pode negar, que foi lida desta tribuna por mim, quando S. Exa. o Sr. Oscar e o Prefeito de Ribeirão do Pinhal pediam que se transferisse o Sr. Norisval, porque deixou de pertencer à ARENA, ao glorioso partido da ARENA, e passou a pertencer ao MDB

O SR. PRESIDENTE — Esta Pr. Adm. informa que restam 5 minutos da hora do Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Depois de 18 anos, Ibaiti, como é chamado Norisval, por seus amigos, pelo povo de R. do Pinhal, foi afastado, foi transferido, foi violentado, foi levado numa distância de 100 km, numa transferência fraudulenta, só porque deixou a Arena e passou para o MDB.

Norisval Mendes Pereira está sendo vítima de um complô político do partido do Governo. Sua esposa é a segunda vítima que está preparada para ser guilhotinada dentro de dias.

Mas, o povo de R. do Pinhal está sentindo, está vendo e está observando que a força do poder amedrontada pelo uso do legítimo direito que haverá de ser manifestado nas urnas em 76, tornam essas medidas esdrúxulas.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — Não posso conceder o aparte a V. Exa. porque o meu tempo está esgotado. Consulto à Mesa se posso conceder o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE — Informo que, apesar da melhor boa vontade, o tempo do Grande Expediente, é improrrogável.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) -

Sr. Presidente, para evitar que haja algum mal entendido seria de bom alvitre que o Deputado Gabriel Manoel seja inscrito em explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa agradece e acata a sugestão do Deputado Ivo Thomazoni, e inscreve o Deputado Gabriel Manoel para falar em explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Esta Presidência sente-se sumamente honrada em noticiar a presença neste plenário do Sr. Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Sr. Salim do Carmo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.85/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.186/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ribeirão da Anta, da sede do referido Município.

“Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO”.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.86/75, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.187/75, que aprova o Termo do Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Professor Osvaldo Gomes, na sede daquele município.

“Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO”.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.87/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.189/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Manoel Sebastião Gonçalves, da sede do referido município.

“Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO”.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.88/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.192/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Iguaraçu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Nilo Cairo, da sede do referido município.

“Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO”.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.89/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.193/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o Município de Iguaraçu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Normal Euclides da Cunha, da sede do referido município.

“Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO”.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.90/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.194/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o município de Marilândia do Sul, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Nova Amoreira e D. Pedro I, da sede do referido Município.

“Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO”.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.91/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.195/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Pinhalão, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Princesa Izabel, da sede daquele município.

“Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO”.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 93/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 197/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o Município de Jandaia do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual de Jandaia do Sul, na sede daquele Município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 94/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 198/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Florai, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Honório Fagan, da sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 95/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 199/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Cruzeiro do Oeste, com a finalidade da execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Nisia Floresta, da sede daquele Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 96/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 201/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Terra Roxa, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Carlos Gomes e Grupo Escolar Arthur da Costa e Silva, sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 96/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Terra Roxa, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Carlos Gomes e Grupo Escolar Arthur Costa e Silva, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 201/75

Acompanhado de Mensagem Governamental 49/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Terra Roxa, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Carlos Gomes e Grupo Escolar Arthur Costa e Silva, da sede do referido Município.

Cumpre o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 98/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 204/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Carlópolis, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA mPROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 98/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 24 de julho de 1975, entre o Estado através da Secretaria da Administração e o Município de Carlópolis, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia, na sede daquele Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 204/75

Através da Mensagem 49/75, é encaminhada para referendo da Assembléia Legislativa o Termo de Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Carlópolis, com finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia.

De acordo com o estabelecido pela Constituição Estadual, é competência de S. Exa. o Sr. Governador a celebração de Convênio, ad referendo do Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do aludido Município.

Assim temos que nos manifestar favorável à Proposição 204/75, opinando-se pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 99/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 206/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Rolândia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Souza Naves, na sede daquele Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 99/75

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 11 de julho de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Rolândia, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Souza Naves", na sede daquele Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 206/75

A proposição 206/75, oriunda da Mensagem Governamental 49/75, encaminha para fins constitucionais a este Poder Legislativo, cópia do Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Rolândia, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Souza Naves", na sede daquele Município.

Confor ne preceito constitucional, é de competência exclusiva do Sr. Governador do Estado, celebrar convênios, ad. referendum da Assembléia Legislativa.

Verificando-se os objetivos do presente convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, e do referido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 132/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 64/75, encaminhando anteprojeto de Lei de Orçamento para o exercício financeiro de 1976. Parecer favorável da C.O., COM EMENDAS — Aprovado o Projeto, sem as emendas.

Esta presidência comunica que a 2ª discussão do Projeto de Lei 132/75, com suas Emendas, será colocado em discussão na reunião da próxima terça-feira, dia 18.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Roberto Sad Fanchin, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Popija, ocorrido em Mallet. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Estanislau Zambrzycki, ocorrido em Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ulisses Cordeiro, ocorrido em São José dos Pinhais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Direção da TELEPAR, encarecendo a necessidade da instalação de um aparelho telefônico no Colégio Estadual de Campo Mourão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro dos Transportes, Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam efetuados estudos necessários e que se construa em Foz do Iguaçu um terminal integrado de transportes rodoviário, ferroviário, aeroviário e fluvial. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa o artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo", escrito pelo jornalista Ali Bark, com o título "Homenagem a Bento Munhoz da Rocha Neto". — **Aprovado.** (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que determine proibição do uso de armas por parte dos militares integrantes do Batalhão de Controle de Trânsito, em serviços rotineiros de fiscalização. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra em Explicações Pessoais ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, nossa vontade era declinar, mas como diz o adágio: covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta. Estamos numa luta em defesa de uma causa nobre, em defesa de um Secretário que, como dissemos há muito tempo, não faz outra coisa a não ser o bem do Paraná e de sua gente. Vim pedir a S. Exa. o nobre, combatível, trabalhador, honesto, humilde Deputado do povo, Lúcio

Machado, nosso particular amigo, que ele nos desculpassem neste momento quando defendemos o Sr. Secretário de Saúde, quando vemos este moço taxado, injustamente, este moço que não faz outra coisa a não ser trabalhar pelo Paraná, diuturnamente. Então, neste instante, não vamos declinar, vamos deixar aqui um repto a S. Exa., que nos prove, se passou alguém pela Secretaria de Saúde, com mais combatividade, com mais disposição de ânimo de trabalhar pelo Paraná, do MDB e da ARENA. Muito obrigado, meu ilustre companheiro Deputado Lúcio Machado, e como dizia Camões, "Os cães ladram, enquanto a caravana passa". Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 93/75, 94/75 e 95/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 96/75, 97/75, 98/75 e 99/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 100/75, 101/75, 102/75, 103/75, 104/75, 105/75, 106/75, 107/75, 108/75 e 109/75.

Fica marcado ainda uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 14, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 73/75, 74/75, 75/75, e de Lei nºs 66/75, 88/75, 94/75, 101/75 e 129/75.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NELSON BUFFARA, EM SESSÃO DO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 1975.

"HOMENAGEM A BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO

Ali Bark

Passados dois anos do falecimento do Bento Munhoz da Rocha, podemos constatar que os seus traços de grande homem e de Estadista, acentuam-se cada vez mais na galeria viva que constitui a história política de nossa terra. A história dos homens é assim, creio. Enquanto vivos, por mais que os admiremos, estamos ainda muito perto para aquela visão de conjunto que proporciona a verdadeira avaliação. Bento foi, sem dúvida, um Estadista com letras maiúsculas, por várias e inquestionáveis razões. Entre elas estava o fato de que o grande homem público reunia em si qualidades intrínsecas do Estadista. Era dotado de sólida cultura humanística, tendo-se aprofundado no campo da sociologia, em que era mestre.

Foi também consumado psicólogo a serviço da política, porque sabia julgar os homens e os acontecimentos dentro da grandiosidade e da frawueza humana, guardando sempre aquele justo equilíbrio que confere a isenção necessária para estabelecer o caminho reto e a visão da realidade e isto é importante, porque sem a consciência destas duas irmãs gêmeas, a Justiça e a Realidade, ninguém é verdadeiro Estadista. Mas ele tinha ainda a verdadeira coroa de louros que cinge a cabeça do grande homem público — a fidelidade. Era fiel a si mesmo, aos outros e aos seus princípios. Bento jamais traiu e em questões de princípios não recuava, não vacilava, não transigia. Em matéria de política, no campo da política manter esta firmeza e esta fidelidade só está ao alcance dos fortes, daqueles que cimentaram os alicerces do caráter em intensas vigílias e foram purificados no cadinho de uma vivência fiel às causas nobres, para, enfim, restar apenas o ouro

puro, aquele ouro subjetivo que o mundo não corrompe e que permanece imortal na história para exemplo dos pósteros.

Contudo, nós que nos contamos modesta, mas honrosamente no número de seus amigos, queremos ressaltar a outra faceta de Bento — o seu lado humano. Bento foi, além de tudo isto, aquela figura humana sem igual, por sua sensibilidade, por sua dedicação ao próximo, por seu amor generoso.

Temos assistido frequentes vezes, à desilusão dos políticos militantes e sinceros, diante da ingratidão e da estreiteza dos homens nos embates da vida pública e das paixões, na luta pelos

sucessos. Muitos deles se tornaram céticos, áridos, fechados dentro da dor muda, Bento acreditou no homem. Não perdeu a fé na raça humana. Foi superior às ingratidões e compreensivo para com os erros dos que o atacavam, pois para ele, os pecados não são senão fraquezas, os erros imperfeições, arestas que precisam ser lapidadas. Eis a verdadeira força — foi assim que ele mostrou o que é ser forte. A força, sem este toque de humanidade, é violência, prepotência, é negação dos princípios cristãos. Isto ele foi: um bom cristão e um patriota".
